

30
anos

ÓRGÃO INFORMATIVO DO SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DE SÃO PAULO ANO XXX Nº 392 1º A 15 DE AGOSTO DE 2011

Filado à



je
Jornal do
Engenheiro

De olho nas perspectivas de crescimento do setor energético e da demanda para a mão de obra qualificada, a Universidade de São Paulo abre um novo *campus*, na cidade litorânea. Graduação em engenharia de petróleo estará disponível em 2012.

Página 5

USP *aporta*
em Santos

visite nosso site www.seesp.org.br

Guarino Alves/Agência Petróbras de Notícias



PARA TER *mais engenheiros*, MELHORES SALÁRIOS

JÁ FAZ AGORA ALGUNS ANOS que está em pauta no Brasil a discussão sobre a escassez de mão de obra qualificada, com destaque para os engenheiros, profissionais imprescindíveis quando o objetivo é o desenvolvimento. É fato que, com o reaquecimento da economia, as empresas, especialmente as que estão investindo em crescimento, passaram a ter mais dificuldades para completar seus quadros. É verdade também que o País deve ter especial atenção e tratar como objetivo estratégico a formação de mão de obra capaz de atuar na economia no século XXI. O SEESP, no escopo do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, vem defendendo a ideia desde 2006, com a proposta à época de dobrar o número de formados em engenharia a cada ano.

**Eng. Murilo Celso
de Campos Pinheiro**
Presidente

A mão de obra no Brasil está ficando mais cara, tendência positiva que não deve ser tratada como problema. É hora de pagar mais para evitar a escassez.

Hoje, a entidade trabalha na implementação do Isitec (Instituto Superior de Inovação e Tecnologia), que terá cursos de altíssimo nível tanto de graduação quanto de pós. Porém, há um aspecto dessa discussão que, embora um tanto óbvio, só agora parece estar ocupando as reportagens que quase cotidianamente abordam o tema nos veículos de comunicação: a necessidade de se pagar melhores salários para garantir a mão de obra necessária. Numa tendência natural, sem oferta tão farta de trabalhadores com alto nível de

formação no mercado, as empresas começam a se esforçar por manter os que têm, conforme aponta matéria de Érica Fraga, publicada na *Folha de S. Paulo*, em 17 de julho.

A reportagem traz os resultados da pesquisa feita pela Asap, consultoria de recrutamento de executivos, que ouviu 1.934 profissionais, com dados surpreendentes. Segundo a aferição, oito em cada dez profissionais com salário de R\$ 6 mil a R\$ 15 mil receberam proposta para mudar de emprego nos últimos 12 meses. Desses, apenas 24,5% aceitaram a oferta, devido à política agressiva de retenção de talentos de seus empregadores. Ainda conforme o jornal, quase quatro em cada dez dizem ter recebido aumento salarial superior a 30% nos últimos três anos, contra uma inflação acumulada de 17%.

É preciso que os empregadores, do setor privado e também do público, compreendam essa dinâmica e ajam de acordo com ela, abandonando a mesquinha. O avanço do País passa por melhores condições de vida da população e isso, necessariamente, por ganhos maiores. Num artigo de 18 de julho, publicado no jornal *Valor Econômico*, o economista-chefe do

Bradesco, Octavio Barros, talvez tenha dado a senha: “O que falta no Brasil, neste momento, é pura e simplesmente mão de obra barata. Os salários reais aumentaram muito, a política de salário mínimo tem sido historicamente agressiva e as políticas sociais geraram novas oportunidades para jovens e mulheres (...). Mudou o patamar salarial no Brasil.” Simples assim.

Direito reconhecido

Entre os muitos direitos previstos na Constituição de 1988 até hoje não regulamentados, está o aviso prévio proporcional ao tempo de serviço (*leia matéria na página 6*). A Carta Magna, que estabelece o mínimo de 30 dias, demanda legislação específica para definir as regras além desse prazo, o que o Parlamento não fez até hoje. O assunto vem sendo resolvido por meio de acordos e convenções coletivas, como é o caso dos engenheiros em várias empresas, e foi posto em evidência pelo STF (Supremo Tribunal Federal). Em julgamento no dia 22 de junho último, essa corte decidiu que fixará as normas para que a Constituição seja seguida, embora ainda não tenha definido prazo para tanto.



JORNAL DO ENGENHEIRO — Publicação quinzenal do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo

Diretora responsável: Maria Célia Ribeiro Sapucahy. **Conselho Editorial:** Murilo Celso de Campos Pinheiro, João Carlos Gonçalves Bibbo, Celso Atienza, João Paulo Dutra, Henrique Monteiro Alves, Laerte Conceição Mathias de Oliveira, Carlos Alberto Guimarães Garcez, Fernando Palmezan Neto, Antonio Roberto Martins, Edilson Reis, Esdras Magalhães dos Santos Filho, Flávio José Albergaria de Oliveira Brízida, Marcos Wanderley Ferreira, Aristides Galvão, Celso Rodrigues, Cid Barbosa Lima Junior, Fabiane B. Ferraz, João Guilherme Vargas Netto, Luiz Fernando Napoleone, Newton Güenaga Filho, Osvaldo Passadore Junior e Rubens Lansac Patrão Filho. **Colaboração:** Delegacias Sindicais. **Editora:** Rita Casaro. **Repórteres:** Rita Casaro, Soraya Misleh, Lourdes Silva e Lucélia de Fátima Barbosa. **Projeto gráfico:** Maringoni. **Diagramadores:** Eliel Almeida e Francisco Fábio de Souza. **Revisora:** Soraya Misleh. **Apoio à redação:** Luís Henrique Costa e Priscila Dezdério. **Sede:** Rua Genebra, 25, Bela Vista — São Paulo — SP — CEP 01316-901 — Telefone: (11) 3113-2650 — Fax: (11) 3106-8829. **E-mail:** imprensa@seesp.org.br. **Site:** www.seesp.org.br. **Tiragem:** 31.000 exemplares. **Fotolito e impressão:** Folha Gráfica. **Edição:** 1º a 15 de agosto de 2011. **Artigos assinados** são de responsabilidade dos autores, não refletindo a opinião do SEESP.



ANATEC
ASSOCIAÇÃO DE PUBLICAÇÕES

ATO PELA BANDA LARGA DE QUALIDADE

Altamiro Borges

EM 15 DE AGOSTO, às 19 horas, na sede do SEESP, ocorrerá um ato público em defesa da banda larga barata, universalizada e de qualidade. O evento é convocado pela CMS (Coordenação dos Movimentos Sociais), que reúne as principais entidades sindicais e populares do País, como CUT (Central Única dos Trabalhadores), CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil), CGTB (Central Geral dos Trabalhadores do Brasil), MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), UNE (União Nacional dos Estudantes), entre outras.

Ele também servirá para criticar o recente acordo firmado entre o Ministério das Comunicações e as poderosas empresas de telefonia.

Anunciado no final de junho, este acordo representa um grave retrocesso no PNBL (Plano Nacional de Banda Larga), instituído pelo Governo Lula em maio do ano passado. Ele não dá garantias de acesso à internet de alta velocidade para a maioria do povo brasileiro. Não trata a banda larga como uma questão estratégica para o desenvolvimento econômico do País, para a superação de graves problemas sociais e para a democratização da informação e da cultura.

Iniciativa será realizada em 15 de agosto e servirá também para criticar recuo do governo nessa área.

Na prática, o acordo indica o recuo do governo diante da violenta pressão das teles. Estas corporações, a maioria multinacionais, faturaram no ano passado R\$ 156,2 bilhões no Brasil, prestando um serviço de péssima qualidade. A banda larga no País é uma das mais caras do mundo, e as empresas sequer respeitam os contratos – em média, o usuário só recebe 20% da velocidade prevista. Mesmo assim, ao abdicar do regime público nesse serviço, o governo concedeu um cheque em branco às teles.

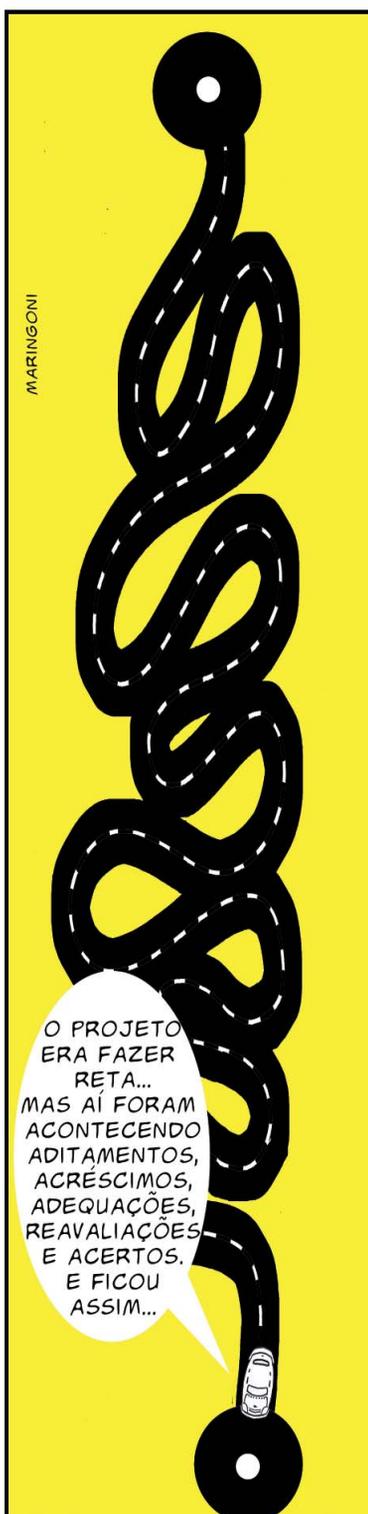
Entre outros pontos negativos do acordo firmado, a Coordenação dos Movimentos Sociais destaca:

- 1 – Não prevê metas de universalização nem de qualidade. A implantação da banda larga de 1Mbps, ao preço de R\$ 35,00, ficará a critério das próprias empresas, sem maior controle do poder público;
- 2 – A velocidade acordada é de “tartaruga”. Tornará quase impeditivo o acesso a vídeos ou músicas. E mesmo o 1Mbps é somente nominal. As teles foram autorizadas a reduzir a velocidade se o usuário ultrapassar 300Mbytes de *download* por mês;
- 3 – O termo de compromisso firmado permite a venda casada entre serviços de telefonia, televisão e internet, o que atenta contra o direito do consumidor e poderá encarecer ainda mais o acesso à banda larga;
- 4 – Não fixa multa no caso de infrações. As teles poderão burlar o acordo e só serão punidas com metas futuras de investimento;
- 5 – Não garante o acesso à banda larga na zona rural.

Em síntese, como afirma a convocatória da CMS, “é um acordo pra inglês ver”. É bastante limitado e estimula a segregação na internet. As pessoas de maior poder aquisitivo continuarão comprando planos mais caros; já a maioria dos trabalhadores ficará com a “carroça”. O ato do dia 15 de agosto visa forçar o governo a retomar o diálogo com os movimentos sociais e recuperar o plano original de universalização de banda larga, compreendida como um direito humano inadiável na atualidade.

Altamiro Borges é jornalista, presidente do Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé e autor, entre outros, do livro “A ditadura da mídia”

DESVIOS



Qual o trabalho que sua empresa quer assumir?

Divulgue seu produto ou serviço aos engenheiros do Estado de São Paulo.

Assine agora!
 (11) 9173-0687
 (11) 3284-9880

Sua ART pode beneficiar o Sindicato dos Engenheiros

Ao preencher o formulário da ART, não esqueça de anotar o código 068 no campo 31. Com isso, você destina 10% do valor para o SEESP. Fique atento: o campo não pode estar previamente preenchido.



PRESERVAR A VOCAÇÃO À ENGENHARIA

Rita Casaro

O ENGENHEIRO Antonio Hélio Guerra Vieira é dono de um currículo admirável, no qual se destacam a direção da Poli/USP (Escola Politécnica), entre 1980 e 1982, e a reitoria da Universidade de São Paulo, de 1982 a 1986. Membro do Conselho Tecnológico do SEESP, recebeu o prêmio Personalidade da Tecnologia, em 1992. Atualmente, está à frente do Conselho Curador da FDTE (Fundação para o Desenvolvimento Tecnológico da Engenharia), órgão que faz a interface entre a Poli/USP e o setor empresarial para contratação de projetos dos pesquisadores, especialmente de inovação. Aos 81 anos, está casado há 55 com a artista plástica Syllene, cujas obras estão expostas em sua sala e com quem tem cinco filhos. Entusiasta da engenharia e do Brasil, nesta entrevista ao **Jornal do Engenheiro** ele falou sobre o ensino da profissão e a demanda imperativa de preservar a vocação dos alunos “de fazer as coisas”, o mercado de trabalho e a necessidade de atualizar o Sistema Confea/Creas.

O que é preciso para ser um bom engenheiro?

Para ser engenheiro, é preciso ter vocação e aptidão, quando essas vão juntas é a glória, dá tudo certo. Não me preocupo muito com o mercado de trabalho, que muda. A gente sempre vai precisar no mundo de pessoas que fazem as coisas, vocação e aptidão de quem é engenheiro bem-sucedido. O engenheiro é alguém que faz, sem prejuízo de também ter visão de conjunto, conceitos em ordem na cabeça e uma adequação à conjuntura da sua cidade, do seu país e também internacional. Isso muda ao longo da carreira de cada um. Acompanhei muitos cursos da USP durante meu período como reitor e algo curioso que se observava é que os alunos que vão para a física ou matemática querem saber o porquê de um determinado fundamento; os da engenharia questionam para quê.

São necessárias mudanças no ensino da profissão, dando ênfase a esse aspecto prático, por exemplo?

Uma dificuldade do curso de engenharia é justamente que o pessoal é muito prático. Então, logo no início, é preciso dar alguma matéria que seja aplicada, os alunos são ansiosos, precisam ter algum tipo de engenharia simples para que possam fazer algo, e não ficar naquele monte de teorias.

Isso leva a muitas deserções, muita gente vai embora. Mas tem que praticar engenharia de fato e isso existia no passado. Quem fazia algumas disciplinas, no final do segundo ano, ganhava uma carteirinha de agrimensor e podia fazer, com todas as vantagens legais, levantamentos e loteamentos. Para fazer essa engenharia, não precisava mais que conhecer trigonometria. Apareceu uma novidade no cenário que conduz naturalmente a isso. De um modo geral, a tendência é cada vez mais o trabalho de engenharia ser de *software*. Esse tipo de competência se democratizou, todo mundo pode desenvolvê-la, nem precisa ser aluno de engenharia, mas na escola acontece muito. Os alunos podem vender serviços, e a meninada faz isso. De repente, aparecem empresas que nasceram assim, há no Brasil exemplos que valem milhões de reais. O *software* criou naturalmente uma opção que as escolas nem perceberam para praticar engenharia. E isso pode até gerar evasão também, mas é uma evasão bendita, vão se estabelecer como empresários, perceberam que não precisa de carteirinha do Crea (*Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia*) para fazer isso. No mais, é um pouco trivial organizar a grade curricular e as ementas dos cursos.



Hélio Guerra: ótimo momento para a engenharia e o Brasil.

A gente acaba percebendo que quanto mais, melhor. É melhor deixar a vocação orientar: os alunos vão pedir certos cursos. Tem é que cuidar para que a motivação dos meninos não se perca.

No debate sobre esse tema, tem sido muito citada como razão para a evasão nos cursos de engenharia a má-formação nos ensinamentos fundamental e médio. Excetuando-se o caso limite do aluno que não sabe ler e escrever, o analfabeto funcional, que infelizmente existe, eles se adaptam. É preciso dar crédito aos alunos, eles aprendem. Não é determinante a formação anterior no sucesso do aluno de engenharia. Mais grave que isso é existirem escolas de engenharia de subnível, porque o estudante entra subnível, faz um curso subnível e será engenheiro subnível.

Qual a sua avaliação do mercado hoje?

Está uma maravilha, eu gostaria muito de começar minha carreira agora, por dois motivos: a importância do *software* como ferramenta e a globalização. Os meninos hoje têm que ser no mínimo bilíngues, de preferência trilingues; a terceira língua pode ser mandarim ou espanhol. É muito bom ser ator do mundo globalizado em termos de engenharia e morar no Brasil, que está uma beleza. E isso tudo evolui do jeito certo, independentemente das escolas de engenharia, do Confea (*Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia*) e do Crea. Se desse para comprar ações do Brasil, eu compraria, é lucro garantido.

E há escassez de profissionais?

Bendita escassez, vamos reduzir o desemprego. Empresas de telecomunicações em São Paulo estão importando mão de obra de outros estados, como da Bahia, oferecendo melhores salários aos profissionais de lá. Se há escassez, tem que pagar mais.

Nesse contexto, o senhor acredita que deveria haver adequações no sistema de organização profissional?

Eu acho que o Confea está no momento de se atualizar e se adaptar à tendência atual. Engenheiro existe muito antes do Crea ou do Confea, que é uma reserva de mercado. Isso merece revisões periódicas.

USP IMPLANTARÁ *novo campus* EM SANTOS

Lucélia Barbosa

A DECISÃO FOI APROVADA na reunião do Conselho Universitário da USP (Universidade de São Paulo) em 28 de junho e anunciada oficialmente pelo governador Geraldo Alckmin, no dia 8 de julho último, durante a cerimônia que ratificou o acordo entre o Estado, a Prefeitura local e a instituição de ensino para a implantação da unidade na Baixada Santista.

O novo *campus* será instalado no bairro de Vila Mathias, área onde funcionava a Escola Estadual Cesário Bastos e o galpão da garagem dos bondes de Santos, cedidos respectivamente pelo Estado e pela administração municipal. Caberá à USP fazer a reforma e a adaptação do local. As atividades terão início em 2012, com os cursos de graduação em engenharia de petróleo, especialização semipresencial em ética, valores e cidadania na escola e mestrado em sistemas logísticos. Além do polo universitário, o acordo prevê a integração da USP ao Parque Tecnológico da cidade e a implementação de uma base avançada do Instituto Oceanográfico no Porto.

Conforme explica o prefeito de Santos, João Paulo Tavares Papa, a criação do *campus* no litoral tem importância capital para a Baixada Santista, que hoje

possui novos vetores de desenvolvimento e grandes desafios. “Temos o porto com operação moderna e tecnológica, o pré-sal, o parque tecnológico, ou seja, nossas vocações econômicas mudaram substancialmente. Portanto, a implantação da USP significa a consolidação deste novo momento que está diretamente ligado à capacitação profissional, à pesquisa e à tecnologia de ponta”, ressaltou.

Para o secretário estadual de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, Paulo Alexandre Barbosa, a instalação da universidade fortalecerá as atividades de pesquisa científica e aplicada na região. “Isso é essencial para estimular a competitividade econômica e a inovação tecnológica, trazendo novas oportunidades para a população”, disse.

Ainda segundo ele, o polo universitário colaborará diretamente nas ações para expansão dos benefícios econômicos e sociais que as atividades petrolíferas vão gerar em todo o Estado de São Paulo.

Iniciativa estratégica

Outra novidade é a transferência do curso de engenharia de petróleo da Cidade Universitária, em São Paulo, para a Baixada Santista já a partir do próximo processo seletivo. As inscrições terão início no dia 26 de agosto, via Fuvest (Fundação Universitária para o Vestibular), com a oferta de dez vagas, mesma quantidade disponibilizada na Capital. No entanto, a meta é aumentar para 50 em breve.

De acordo com o diretor da Poli/USP (Escola Politécnica da Universidade de São Paulo) e coordenador do Conselho Tecnológico do SEESP, José Roberto Cardoso, o objetivo da mudança é aproximar a universidade do novo polo de desenvolvimento na área de petróleo e gás que está sendo criado na região pela Petrobras e demais empresas que vão participar da exploração na camada do pré-sal, na Bacia de Santos.

Conforme ele, serão feitos grandes investimentos na região e haverá demanda por mão de obra qualificada, o que justifica a importância de instalar uma escola de engenharia pública e de qualidade. “Vamos começar as atividades apenas com um curso de engenharia, mas no futuro a meta é expandir para outras áreas, visando a formação de recursos humanos especializados, levando em consideração, é claro, as necessidades da região”, explicou.

Na mesma linha, Newton Güenaga Filho, presidente da Delegacia Sindical do SEESP na Baixada Santista, acredita que o momento é oportuno para a implementação de um curso que contemplará a nova vocação do litoral, a área de petróleo e gás. “Apesar de as universidades particulares da região já ministrarem cursos em graduação e pós-graduação nessa modalidade, a instalação da USP abrirá mais vagas para futuros profissionais que desejem trabalhar no segmento”, enfatizou.

Bruno Vega





DIREITO A *aviso prévio proporcional* EM PAUTA

Soraya Misleh

POR FALTA DE regulamentação do inciso XXI do artigo 7º da Constituição Federal, hoje a esmagadora maioria dos trabalhadores, em caso de demissão, tem o aviso prévio percebido limitado a 30 dias – o mínimo assegurado na Carta Magna. Nessa, está determinado que tal, na verdade, deveria ser proporcional ao tempo de serviço, o que serviria de reforço na proteção contra a dispensa imotivada.

O tema voltou à baila após recente decisão favorável do STF (Supremo Tribunal Federal) ao julgar ação de trabalhadores da Vale com 30 anos de casa. Em sessão plenária no dia 22 de junho último, seus ministros determinaram que se cumpra o direito, ao que devem fixar fórmula de cálculo que valerá até que o tema seja legislado. As faixas poderão variar entre 30 e 120 dias.

Hoje, segundo Marcos Verlaine, assessor parlamentar do Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar), o assunto encontra-se parado no Parlamento, muito embora haja ali diversos projetos que tratam da questão. “Não consta da agenda, não é um tema que está na ordem do dia. O Congresso não voltou a discutir, por falta de interesse da bancada empresarial. Não existe no horizonte próximo nenhuma possibilidade de aprovação.”

Conquistas

No site desse órgão, o consultor sindical do SEESP, João Guilherme Vargas Netto, afirmou, em artigo de sua autoria intitulado “Aviso prévio: o que falta fazer”, que esse “é um exemplo das dificuldades que os trabalhadores enfrentam para garantir seus direitos, seja no âmbito do Congresso Nacional, seja na esfera das convenções e acordos coletivos, seja na vida, com a alta rotatividade”. E continuou: “Em todo caso, no

entanto, o que não tem faltado é a iniciativa do movimento sindical e de deputados e senadores favoráveis às reivindicações dos trabalhadores.”

Sem avanços no Legislativo, o cumprimento do aviso prévio proporcional hoje se dá por conquistas de suas entidades à mesa de negociação. O SEESP, por exemplo, garantiu, em acordo com a Dersa relativo a 2010/2011, no caso de rescisão sem justa causa, aos empregados com no mínimo cinco anos de serviços ininterruptos prestados, admitidos até 30 de abril de 2009, o equivalente a 50 dias. Além do acréscimo de mais um dia por ano completo de trabalho na companhia. Na CPTM, conseguiu 60 dias sempre que o funcionário tiver mais de 45 anos de idade ou mais de dez anos de casa. Já no Metrô, conquistou mais cinco dias, além do mínimo de 30, por ano de serviço. Há outras categorias que também obtiveram vitórias nesse sentido. Vargas Netto cita, em seu artigo, a inclusão, “logo após a Constituição, na convenção coletiva do Sindicato dos Professores de São Paulo, de cinco dias por ano trabalhado, além de no mínimo 30 dias (hoje são três dias) e 15 dias adicionais para os professores com mais de 50 anos de idade”. Na linha de atuação do movimento, Verlaine lembra que a Força Sindical deve entrar com Adin (Ação Direta de Inconstitucionalidade) para forçar a regulamentação.

Projetos em tramitação

Entre as diversas proposições que se encontram na Assembleia Legislativa de São Paulo e poderiam resolver esse imbróglio, algumas datam de 1989 – um ano depois da publicação da Carta Magna. Entre os apensados recentemente, o Projeto de Lei nº 112/2009, de autoria do senador

Paulo Paim (PT-RS), que prevê o prazo de 30 dias para contratos com menos de um ano; 60 dias, entre um e menos de cinco anos; 90 dias, mais de cinco anos e menos de dez; 120 dias, mais de dez anos e menos de 15; e 180 dias, mais de 15 anos. Além disso, estabelece que o empregado poderá faltar sete, 11 e 14 dias consecutivos nos prazos fixados, sem prejuízo de salário.

Em 29 de junho último, o deputado Chico Alencar (PSOL-RJ) apresentou o PL nº 1.730/2011, também com períodos variáveis para o aviso prévio, conforme o tempo de serviço. Na justificativa da matéria, ele observa que “o Congresso Nacional está em mora há 21 anos. É inadmissível tamanho atraso na regulamentação de um direito do trabalhador brasileiro. Ademais, a Resolução nº 158 da Organização Internacional do Trabalho dispunha que ‘o trabalhador cuja relação de trabalho estiver para ser dada por terminada terá direito a um prazo de aviso prévio razoável ou, em lugar disso, a uma indenização, a não ser que o mesmo seja culpado de uma falta grave de tal natureza que seria irrazoável pedir ao empregador que continuasse a empregá-lo durante o prazo do aviso prévio’”.

Ainda como continua, o “Supremo Tribunal Federal já declarou a mora no julgamento do Mandado de Injunção nº 695-4, desde março de 2007, e está às vésperas de nova decisão, na qual, dada a inércia do Poder Legislativo, serão fixados parâmetros para implementação do direito do empregado ao aviso prévio proporcional. É passada a hora desta casa do povo cumprir o dispositivo constitucional que impõe seja aprovado o aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, por ser uma questão de direito e mais, de lúdima Justiça”.



DELEGACIAS DO SINDICATO – ALTA MOGIANA: Av. Mogiana, 1.885 – Ribeirão Preto – CEP: 14075-270 – Tels.: (16) 3628-1489 - 3969-1802 – E-mail: altamogiana@seesp.org.br. **ALTO TIETÊ:** R. Coronel Souza Franco, 720 – CEP: 08710-020 – Tel./fax: (11) 4796-2582 – Tel.: (11) 4726-5066 – E-mail: mogidascruzes@seesp.org.br. **ARAÇATUBA:** R. Antônio Pavan, 75 – CEP: 16020-380 – Tel.: (18) 3622-8766 – E-mail: aracatuba@seesp.org.br. **ARARAQUARA:** R. São Bento, 700 – 10º and. – sala 103 – CEP: 14800-300 – Tel./Fax: (16) 3322-3109 – E-mail: araraquara@seesp.org.br. **BAIXADA SANTISTA:** Av. Senador Pinheiro Machado, 424 – Santos – CEP: 11075-000 – Tel./Fax: (13) 3239-2050 – E-mail: baixadasantista@seesp.org.br. **BARRETOS:** Av. Cinco, nº 1.145 – CEP 14783-091 – Telefones: (17) 3322-7189 - 3324-5805 - 3322-8958 – E-mails: barretos@seesp.org.br - seespbarretos@uol.com.br - seespbarretos@gmail.com. **BAURU:** Rua Constituição, 8-71 – CEP: 17013-036 – Tel./Fax: (14) 3224-1970 – Página: seesp.org.br/bauru.html – E-mail: secretaria@seespbauru.org.br. **BOTUCATU:** R. Rangel Pestana, 639 – CEP: 18600-070 – Tel./Fax: (14) 3814-3590 – E-mail: botucatu@seesp.org.br. **CAMPINAS:** Av. Júlio Diniz, 605 – CEP: 13075-420 – Tels.: (19) 3251-8455 / 4220 – Fax: (19) 3251-8996 – E-mail: campinas@seesp.org.br. **FRANCA:** R. Voluntário Jaime de Aguiar Barbosa, 1.270 – CEP: 14403-365 – Tels.: (16) 3721-2079 - 3722-1827 – E-mail: franca@seesp.org.br. **GRANDE ABC:** R. Haddock Lobo, 15/19 – Santo André – CEP: 09040-340 – Tel.: (11) 4438-7452 – Fax: (11) 4438-0817 – E-mail: abc@seesp.org.br. **GUARATINGUETÁ:** R. Pedro Marcondes, 78 – sala 34 – CEP: 12500-340 – Tel./Fax: (12) 3122-3165 – E-mail: guaratingueta@seesp.org.br. **JACAREÍ:** Av. Pensilvânia, 531 – CEP: 12300-000 – Tel./Fax: (12) 3952-4840 – E-mail: jacarei@seesp.org.br. **JUNDIAÍ:** R. Marechal Deodoro da Fonseca, 51 – CEP: 13201-002 – Tel.: (11) 4522-2437 – E-mail: jundiaseesp@terra.com.br. **LINS:** Rua Rio Branco, 273 – Ed. Galeria Torre de Lins – 9º andar – Sala 94 – Centro – Lins/SP – CEP: 16400-085 – Tel.: (14) 3523-2890 – E-mail: seesp@terra.com.br. **MARÍLIA:** R. Carlos Gomes, 312 – cj. 52 – CEP: 17501-000 – Tel./Fax: (14) 3422-2062 – E-mail: seesp@uol.com.br. **PINDAMONHANGABA:** R. Dr. Rubião Junior, 192 – 3º andar – sala 32 – CEP: 12400-450 – Tel./Fax: (12) 3648-8239 – E-mail: pinda@seesp.org.br. **PIRACICABA:** R. Benjamin Constant, 1.575 – CEP: 13400-056 – Tel./Fax: (19) 3433-7112 – E-mail: piracicaba@seesp.org.br. **PRESIDENTE PRUDENTE:** R. Joaquim Nabuco, 623 – 2º andar – sala 26 – CEP: 19010-071 – Tel./Fax: (18) 3222-7130 – E-mail: pprudente@seesp.org.br. **RIO CLARO:** R. Cinco, 538 – sala 3 – CEP: 13500-040 – Tel./Fax: (19) 3534-9921 – E-mail: rioclaro@seesp.org.br. **SÃO CARLOS:** R. Rui Barbosa, 1.400 – CEP: 13560-330 – Tel./Fax: (16) 3307-9012 – E-mail: scarlos@seesp.org.br. **SÃO JOSÉ DOS CAMPOS:** R. Paulo Setubal, 147 – sala 31 – CEP: 12245-460 – Tel.: (12) 3921-5964 – Fax: (12) 3941-8369 – E-mail: seesp@hot.com. **SÃO JOSÉ DO RIO PRETO:** R. Cândido Carneiro, 239 – CEP: 15014-200 – Tel./Fax: (17) 3232-6299 – E-mail: sjriopreto@seesp.org.br. **SOROCABA:** R. da Penha, 140 – CEP: 18010-000 – Tel./Fax: (15) 3231-0505 / 3211-5300 – E-mail: sorocaba@seesp.org.br. **TAUBATÉ:** Rua Juca Esteves, 35 – CEP: 12080-330 – Tels.: (12) 3633-5411 - 3631-4047 – Fax: (12) 3633-7371 – E-mail: seesp@taubate@vivax.com.br - taubate@seesp.org.br.

Cursos Cursos Cursos Cursos Cursos Cursos Cursos

PIRACICABA**Fundag (Fundação de Apoio à Pesquisa Agrícola)**Site: www.fundag.brE-mail: fundag@fundag.br

Telefone: (19) 3014-0148

- **Classificação de solos.** Para quem quer aprender a diagnosticar e avaliar problemas específicos dos solos e planejar manejos mais adequados. O curso ensinará o participante a estimar a capacidade de uso sustentável do solo e maximizar a aplicação dos conhecimentos no manejo agroflorestal. A atividade acontece nos dias 18 e 19 de agosto, das 8h às 18h. O custo é de R\$ 690,00.

SANTO ANDRÉ**FSA (Fundação Santo André)**Site: www.fsa.brE-mail: secretariapos@fsa.br

Telefone: (11) 4979-3300

- **MBA Engenharia de software.** O objetivo é capacitar profissionais para gerenciar e implementar processos para fabricação e manutenção de *software* de acordo com a necessidade de negócios de cada organização. Entre os temas, arquitetura de *software*, gerência de projetos, modelagem funcional de sistemas, tecnologias de banco de dados e gestão organizacional em fábricas de *software*. Com carga de 360 horas, a especialização será ministrada às segundas e quartas-feiras, das 19h às 23h. O preço é de 20 parcelas de R\$ 508,00, incluindo a matrícula.

SÃO PAULO**Barreto Engenharia**Site: www.barreto.eng.brE-mail: cursos@barreto.eng.br

Telefone: (11) 5031-1326

- **Qualidade da energia elétrica.** O curso apresentará elementos que permitam ao profissional avaliar a qualidade da energia tanto do ponto de vista do fornecimento (concessionária) quanto das cargas presentes na instalação consumidora. Para tanto, focará o entendimento e a interpretação dos

fenômenos que interferem na qualidade da energia, além dos aspectos de monitoração, medição, análises, planejamento, decisões e adequações de instalações existentes para a nova realidade das cargas e confiabilidade operacional. A atividade acontece nos dias 22 e 23 de agosto, das 8h às 18h, e o preço é de R\$ 1.260,00.

MBS CursosSite: www.mozartmozart.comE-mail: cursos@mozartnet.com

Telefone: (41) 3044-0230

- **Viabilidade de incorporações.** Para quem quer desenvolver um estudo dinâmico de viabilidade em incorporações imobiliárias comercializadas a preço fechado. O objetivo é refinar a estimativa de remuneração pela prestação dos serviços de construção e incorporação e pelo uso do capital a ser investido. Entre os temas, estudo estático e dinâmico a preço fechado de viabilidade, revisão da matemática financeira, indicadores e distribuição de modelo. O curso acontece nos dias 12 e 13 de agosto, das 19h às 23h, na sexta-feira, e das 9h às 18h, no sábado. O custo é de R\$ 1.110,00.

VDI-Brasil (Associação de Engenheiros Brasil-Alemanha)Site: www.vdibrasil.com.brE-mail: vdi@vdibrasil.com.br

Telefone: (11) 5180-2316

- **A proteção de novas tecnologias por patentes.** O evento abordará os aspectos legais e práticos para a obtenção de uma patente. Apresentará também os diversos tipos de buscas para a proteção de uma nova tecnologia no Brasil e em outros países, ensinará como gerir e avaliar um portfólio de patentes na empresa, além de informações sobre a estrutura do Inpi (Instituto Nacional da Propriedade Industrial). O seminário será realizado no dia 19 de agosto, das 8h30 às 12h30. O preço é de R\$ 300,00 para associados à VDI-Brasil e de R\$ 500,00 para os demais.

Fórum debaterá agroenergia no Brasil e no mundo

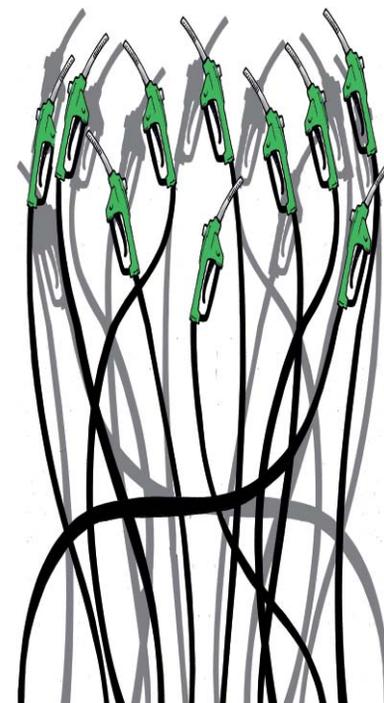
COM FOCO na consolidação mundial da energia renovável, acontece no dia 29 de agosto, em Sertãozinho, no Interior paulista, o “XIII Fórum Internacional sobre o futuro do etanol”.

Reunindo autoridades políticas, como a presidenta Dilma Rousseff, os ministros Guido Mantega, Wagner Rossi e Fernando Damata Pimentel, respectivamente da Fazenda, Agricultura e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, além de especialistas nacionais e internacionais, empresários e representantes do setor sucroenergético, o evento abordará a inserção do etanol e da agroeletricidade na matriz energética mundial. O objetivo é discutir ações e políticas de médio e longo prazo voltadas para o desenvolvimento do segmento.

O fórum abrirá também a Fenasuco & Agrocana 2011, de grande referência em tecnologia. Focada em negócios, a feira é um importante encontro entre os principais fabricantes de equipamentos, produtos e serviços para a agroindústria da cana, oferecendo a oportunidade de explorar toda a cadeia, como preparo do solo, plantio, colheita, industrialização, mecanização e aproveitamento dos derivados da cana-de-açúcar.

Promovido pela revista *Opiniões*, o fórum será realizado no Teatro Municipal de Sertãozinho, localizado na Rua Washington Luiz, 1.131. A participação é gratuita, e as inscrições devem ser feitas até o dia 19 de agosto no *site* www.revistaopinioes.com.br/forum ou pelo telefone (16) 3965-4616.

Já a visita na Fenasuco & Agrocana acontece de 30 de agosto a 2 de setembro, no Centro de Eventos Zanini, localizado na Av. Marginal João Olesio Marques, 3.563. Informações sobre a programação e o custo das inscrições podem ser obtidas no *site* www.fenasucoagrocana.com.br, pelo telefone (16) 2132-8936 ou e-mail cadastro@mf.com.br.





CNTU debate os desafios da saúde no Brasil

Gestão pública, regulação do setor, humanização da medicina e financiamento do SUS (Sistema Único de Saúde) foram os temas discutidos no seminário “A CNTU e a saúde no Brasil”, realizado em 15 de julho, em São Paulo.

À abertura, representantes das diversas categorias que compõem a Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados falaram sobre a importância de consolidar propostas para a 14ª Conferência Nacional da Saúde, que acontece entre os dias 30 de novembro e 4 de dezembro próximos.

No ensejo, o presidente da CNTU, Murilo Pinheiro, salientou: “Nossa intenção é valorizar os trabalhadores e apresentar propostas que sustentem um projeto de desenvolvimento com inclusão social”, lembrando que para tanto é preciso haver avanços na saúde.

Além de Cid Célio Jayme Carvalhaes, presidente do Simesp (Sindicato dos Médicos de São Paulo) e da Fenam (Federação

Beatriz Amada



Murilo Pinheiro (em pé): avanços na área são fundamentais a um projeto de desenvolvimento com inclusão social.

Nacional dos Médicos), e de Wellington Moreira Mello, que está à frente da Fio (Federação Interestadual dos Odontologistas), participaram da abertura. José Erivalder Oliveira, diretor da CNTU e coordenador do evento; Célia Machado Gervásio Chaves, presidente da Fenafar (Federação Nacional dos Farmacêuticos); Zaida Maria de Albuquerque Mello Diniz, presidente do Sindicato dos Nutricionistas no Estado de Pernambuco; e Haino Burmester,

representante do secretário estadual da Saúde, Giovanni Guido Cerri.

Após as palestras, houve debate com o público, no qual foi reafirmada a necessidade premente de se fazer cumprir o disposto na Constituição de 1988 no que diz respeito ao direito à saúde. O conjunto das propostas e a posição da CNTU sobre o tema serão divulgadas na “Carta de São Paulo”, cuja redação será elaborada pela comissão organizadora do seminário.

Reclassificação dos engenheiros do Estado

O SEESP tem feito gestões junto ao Executivo e ao Legislativo paulistas em prol de projeto de reclassificação dos vencimentos dos engenheiros, arquitetos, agrônomos e assistentes agropecuários do Estado. O presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo, deputado Barros Munhoz, prometeu empenho a sua apreciação no Parlamento, reconhecendo o benefício da proposta, que alcançará cerca de 4.056 servidores ativos e

inativos. Já o secretário-chefe da Casa Civil, Sidney Beraldo, em resposta a ofício enviado pelo presidente do sindicato, Murilo Celso de Campos Pinheiro – em que esse cobra sua atenção especial ao despacho definitivo do projeto –, afirmou em correspondência datada de 16 de maio último que está acompanhando o assunto. Os engenheiros do Estado aguardam por avanços em relação ao tema.

Acordo com Valec

No dia 20 de julho, o SEESP assinou, em conjunto com a Federação Nacional dos Trabalhadores Ferroviários e outros seis sindicatos representantes dos empregados do setor no País, o Acordo Coletivo de Trabalho 2011/2012 com a Valec – Engenharia, Construções e Ferrovias S/A. Destaca-se reajuste de 6,51% retroativo à data-base (1º de maio), extensivo aos benefícios de caráter econômico, a manutenção das demais cláusulas em vigor, com ênfase à 41, que, desde 2009, vem garantindo todos os direitos exclusivos dos trabalhadores da Valec em São Paulo que são oriundos da antiga Fepasa.

Os profissionais e o desenvolvimento

A CNTU (Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados) realiza em 12 de agosto, das 9h às 18h, encontro regional em Vila Velha, na Região Metropolitana de Vitória. A iniciativa terá como tema central “Reforma da administração pública, serviços públicos e aposentadoria”. Integra série de atividades que vêm sendo promovidas pela entidade neste ano e culminarão com um grande evento na Capital paulista, em 25 de novembro próximo. Mais informações pelos telefones (27) 3323-0783 e 3222-4832 e e-mail sinfes@veloxmail.com.br.

Oportunidades

Segundo levantamento feito até o dia 25 de julho, a área de Oportunidades & Desenvolvimento Profissional do SEESP dispõe de 125 vagas, sendo 99 para engenheiros das diversas moda-

lidades e 26 para estudantes. Para se candidatar, acesse em www.seesp.org.br o link Ao Profissional – Currículos e Vagas. Mais informações pelos telefones (11) 3113-2669/74.

FORTEMAC
máquinas para construção

Equipamentos para construção civil.

- Robustos e duráveis
- Excelente relação custo x benefício
- Pronta entrega
- Melhor preço



Cortadora de piso



Placa Vibratória



Compactador de percussão



Alisadora de concreto



Tel: 16 3524.2080
www.fortemac.com